

FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Izândia Maria Freitas de Araújo¹

Paulo Ricardo Muniz Silva²

RESUMO

Sabe-se, que, as pessoas com deficiência são concebidas de acordo com suas potencialidades e possibilidades de inclusão e participação produtiva na sociedade, a partir de indicadores padronizados; sofrendo efeitos da diferença mediante estigmas previamente atribuídos a estas pessoas. Desse modo, ressalta-se a importância de redimensionarmos nossa visão sobre as diferenças, valorizando, sobretudo o potencial interno do deficiente, enquanto sujeito; favorecendo sua inclusão social efetiva, sendo para isso, necessário garantir a estes indivíduos o acesso e as condições favoráveis para que possam desempenhar o exercício da cidadania e, conseqüentemente, a construção de uma sociedade ética e justa. Para tanto, a metodologia fundamentou-se em pesquisa bibliográfica, em que se fez menção a autores como Eizirik (2003), Mazzota (1998), Mantoan (1997), Rabelo (1999), Bruno (2006), entre outros; sendo que, por meio desta, pôde-se perceber a grande complexidade que envolve a temática, permitindo assim um verdadeiro entendimento sobre a mesma. Além disso, utilizou-se ainda como instrumental para a investigação, uma pesquisa de campo através de observação não participante em uma escola municipal da rede pública do município de José de Freitas – Piauí. Portanto, a inclusão educacional configura-se como importante fator na integração dos alunos especiais junto à sociedade.

Palavras-Chave: Formação. Professor. Educação especial. Educação inclusiva.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, observa-se uma grande preocupação em relação à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na sociedade como um todo. Mas a realidade acerca desses cidadãos ainda é pouco conhecida, existindo certa escassez de estudos na área, além da desinformação em relação às práticas voltadas para o trabalho inclusivo.

A problemática adotada consiste em responder: Como vem se desenvolvendo a formação docente visando a inclusão educacional de alunos especiais?

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Educação Física (UFPI); Pós-Graduada em Atividade Física e Saúde (UFPI); Atua como professora de Educação Física na rede municipal de ensino de José de Freitas (PI). E-mail: izandiafreitas@yahoo.com.br.

² Professor Orientador

Desse modo, o estudo tem como objetivo geral analisar o processo de inclusão de alunos especiais em uma escola municipal da rede pública. E específicos: identificar a concepção de inclusão; descrever como se configura a inclusão do aluno com deficiência no Ensino Regular; caracterizar a formação e prática pedagógica do professor que trabalha com o aluno portador de necessidades especiais.

Neste sentido, este estudo busca analisar o processo de inclusão educacional, através da observação feita em sala de aula com o professor e o aluno; com o propósito de obter respostas que possam ajudar no desenvolvimento e nas dificuldades enfrentadas pelos professores, considerando que esta atividade é uma prática social.

A opção por este tema deve-se, além do que já foi citado, à considerável necessidade de se formar uma sociedade inclusiva como um todo e ainda por interesse e afinidade pessoal desta pesquisadora pelo tema e por experiência vivida durante sua atuação profissional.

Observa-se ainda um importante sujeito na prática da educação inclusiva, que é o professor, por isso é inevitável considerar sua formação (capacitações, especializações etc.) e sua metodologia em sala de aula, as quais darão condições ao aluno de conhecer seu próprio potencial, a partir de um adequado e bem sucedido processo acadêmico e social.

Portanto, a inclusão educacional configura-se como importante fator na integração dos alunos especiais junto à sociedade, tendo em vista que, para que ocorra de forma satisfatória, faz-se necessária, a implementação de diferentes políticas públicas, bem como de um acompanhamento contínuo.

INCLUSÃO EDUCACIONAL: Breve Preliminar

A inclusão consiste no movimento que busca, simplesmente, a construção de uma sociedade para todos. Todavia, mesmo sendo muito recente o movimento sobre inclusão, o conhecimento das diferenças que se apresentam em cada criança que será incluída torna-se fundamental neste processo e diante da perspectiva da inclusão de alunos especiais no Ensino Regular, diante disto os professores terão que inovar sua prática pedagógica, modificando estruturas já enraizadas.

Deficiência e Inclusão: Aspectos gerais

Desde os tempos mais remotos, a idéia de deficiência encontrava-se intimamente relacionada aos conceitos de inatismo e irreversibilidade; sendo explicada por fatores orgânicos que não podiam ser modificados. Com isso, não se pensava na possibilidade de uma intervenção, de base educacional, eficiente no processo de integração dos indivíduos com história de deficiência à sociedade.

Neste contexto, a história revela para a humanidade o caminho da exclusão social e humana do homem. Se, no passado, o indivíduo com algum comprometimento era banido através da morte, hoje, este tipo de tratamento não é mais praticado, todavia, esta conduta acontece através das instituições, como cadeias, asilos e tantas outras que foram criadas com este objetivo: segregar o "diferente" da sociedade.

No contexto atual, esses indivíduos passaram a ser nomeados como "pessoas portadoras de necessidades especiais", reconhecendo-as como pessoas que tem necessidades e dificuldades específicas que precisam ser estimuladas para melhor desenvolver-se. Já quando nos referimos ao portador de necessidades especiais estudantes, chamamo-los de "portadores de necessidades educativas especiais"; sendo estes sujeitos iguados aos considerados "normais", mas que apresentem algum tipo de dificuldade de aprendizagem.

Dentro dessa nova ótica em que o próprio termo 'portador de deficiência' é substituído pelo termo novo e humanizador 'portador de necessidades especiais', ressalta-se a diferença entre o que a pessoa é pelo seu caráter irrevogável de ser humano e o que a pessoa tem de caráter transitório.

Neste contexto, Ross (2004, p.16) acrescenta que a educação especial surge como uma proposta inovadora de aplicação dos conceitos pedagógicos na formação da cidadania e na apreensão da cultura universal pelas pessoas com história de deficiência. O que anteriormente era entendido como um fator irrevogável agora é compreendido como um fator transitório e que pode ser alterado pelo uso correto das técnicas pedagógicas adaptadas.

É notório, pois, que o fato de educação especial ser definida como 'tipo' de educação voltada ao atendimento de pessoas com deficiência, as quais necessitam de cuidados clínicos e terapêuticos, em função das alterações orgânicas que apresentam. Desse modo, o adjetivo 'especial' da educação sempre

esteve relacionado à 'clientela' a que se destinavam os atendimentos prestados por essa modalidade de educação (CARVALHO, 2001).

É necessário, pois, acreditar que os portadores de necessidades especiais são capazes de aprender, ensinar e romper a barreira da recusa da escuta, fronteira esta que não podiam transpor. Dessa forma, ser capturada e alojada em espaços onde se possa exercer vigilância e dominação tem sido a sina, a marca e a tragédia da pessoa com deficiência. Nesta perspectiva, a desigualdade passa a ser plenamente justificada a partir das diferenças que caracterizam os seres humanos como indivíduos. Argumenta-se que todos têm o direito de pertencer à sociedade, em razão de suas diferenças serem naturalmente herdadas.

Conforme consta nos documentos legais, a educação especial dar-se-á preferencialmente na rede regular de ensino, ou seja, os alunos que tiverem condições de serem integrados, deverão freqüentar a sala regular ou outras modalidades de ensino menos segregativas, como classe especial nas escolas. A educação especial poderá ocorrer no ensino regular, com métodos e técnicas adaptadas para as crianças com necessidades educativas especiais, devendo iniciar-se no momento em que se identificarem atrasos ou alterações no desenvolvimento da criança.

Logo, entende-se que, mesmo que os alunos apresentem características diferenciadas decorrentes não apenas de deficiências, mas, também de condições socioculturais diversas e econômicas desfavoráveis, eles terão direito a receber apoios diferenciados daqueles normalmente oferecidos no contexto da escola regular; fazendo-se necessário a revitalização de projetos políticos pedagógicos das escolas e a provisão de recursos humanos, materiais, técnicos e tecnológicos pelos sistemas de ensino.

Todavia, embora a legislação brasileira, se comparada a outros países, pode ser considerada avançada no que diz respeito às garantias sociais e educacionais de participação igualitária da pessoa com deficiência nas várias esferas da sociedade, a realidade revela que tais direitos têm sido sistematicamente violados; seja na rede pública ou privada, seja nas instituições federais, estaduais ou municipais (ROSS, 2002).

Além disso, o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais ainda é limitado e insuficiente. Tal limitação tem origem em concepções equivocadas do direito à educação, o que, por sua vez, origina atitudes negativas

dos professores e gestores educacionais, especialmente no que diz respeito à inclusão de pessoas com necessidades especiais nas classes regulares de ensino.

Diante dessa realidade, temas como administração e desenvolvimento escolar, formação de profissionais, processos de aprendizagem, estratégias de ensino diferenciadas e diversidade de estilos de aprendizagem dos educandos, dentre outros, têm sido constantemente foco de debate em grupos de estudos e norteiam a elaboração de projetos e programas.

Consciente de que a formação dos professores está muito limitada para desenvolver práticas pedagógicas significativas e que temos que questionar e redimensionar a necessidade de buscar conhecimentos, pois não somos passivos repetidores, mas ativos construtores da nossa cultura. De forma explícita e implícito é o educador que contribui para difundir o conhecimento científico de uma sociedade e assim desenvolver paradigmas da educação.

Nos dias atuais a concepção de formação de professores, identifica-se cada vez mais com o processo de desenvolvimento contínuo do professor, acentuando-se a unidade desse processo na diversidade de suas fases: formação pré-serviço ou inicial e formação em serviço ou continuada.

Rejeitam-se os encontros e cursos intensivos e rápidos “massificados”, assim como os “pacotes encomendados”, produzido a distância das salas de aula, que não valorizam os saberes construídos pelos professores, não relaciona os aspectos teóricos aos professores concretos vividos pelos docentes e propõem atividades descontextualizadas do projeto político-pedagógico da escola. Para se ter uma qualidade de ensino, faz com que o professor atue para além do imediatismo e do conformismo em defesa de uma instituição escolar comprometida com as camadas populares, logo produzir conhecimentos pedagógicos e criar alternativas, para melhorar o ensino e a aprendizagem. Percebe-se uma maior preocupação em ampliar as análises dos professores em formação, dada a amplitude e diversidade de temas e enfoques, seja percebida como necessidade indiscutível.

Se há um tema que surgiu com vigor nos últimos anos, obrigando a reformular os estudos sobre formação de professores, referimos certamente as pesquisas que se tem desenvolvido em torno do amplo descrito “aprender a ensinar”. Evoluiu na direção da indagação sobre os processos pelos quais os professores geram conhecimento, adquirem conhecimentos, este didático do conteúdo não só pelas oportunidades que oferecem para esclarecer processo de aprender a ensinar, mas

também porque, uma vez estabelecida sua importância para a formação dos professores, esse conhecimento se converte em critério apropriado para avaliar a qualidade das experiências oferecidas aos professores para adquirir o referido conhecimento.

Reconhecer que os professores são sujeitos que aprendem, em lugar de meros implantadores ou meros obstáculos para a mudança, exige que a pesquisa sobre o desenvolvimento pelas quais os professores aprendem novas formas de pensar o ensino e a aprendizagem dos conteúdos bem como as condições que facilitam a aprendizagem dos professores. Tanto as teorias sobre o ciclo vital das pessoas como as do desenvolvimento cognitivo proporcionam uma informação imprescindível para explicar e compreender melhor as necessidades dos professores em cada uma das diferentes etapas de seu desenvolvimento. Servirão também de fundamento quando propusermos o conceito de trajetória formativa dos professores para nos referirmos à relação necessária que se deve estabelecer entre as demandas de cada uma das diferentes etapas pelas quais passam os professores e as ofertas formativas adequadas a essas necessidades.

O desenvolvimento de uma carreira é, pois, um processo, não uma série de acontecimentos. Para alguns, esse processo pode parecer linear, mas, para outros, há oscilações, regressões, becos sem saída, declives, descontinuidades. O fato de encontrar seqüências-tipo não deveria ocultar o fato de que jamais chegam a estabilizar-se ou que se desestabilizam por motivos de ordem psicológica, tomada de consciência, mudança de interesses, mudanças de valores e outros. Ajudar o professor a abordar os problemas de maneira a fortalecer sua autonomia profissional e facilitar seu contínuo desenvolvimento, isto seria o fundamental.

Segundo Cole e Knowles (1993, p.08), pode-se inferir que,

[...] é amplamente aceito que a formação formal de professores exerce influências importantes, mas secundárias sobre o pensamento e a prática dos professores; sendo esta última muito influenciada pela vida, a escola e as experiências anteriores ao ingresso em um programa de formação de professores.

Com isso, professores em formação com uma identidade forte, são fundamentos em mais êxito do que aqueles professores com uma imagem fraca.

Reconhecer que o ensino deve modificar-se em função dos objetivos e das características dos alunos e que as ações dos professores têm uma influência permanente para além do movimento de ensino, e professores em formação aumenta sua auto-estima, ajuda a ver a si próprio como produtores de conhecimento legitimado, ajuda a considerar seus valores, facilita a sua reflexão. Assim, ele consegue ter destreza e atitudes adequadas ao desenvolvimento de um ensino de qualidade.

Neste contexto, o questionamento sobre a formação do professor vem se intensificando ao longo das décadas. A crítica à qualidade do ensino desenvolvido na escola em todos os graus é fato comum nos dias atuais. Diversos trabalhos retratam a realidade educacional brasileira, destacando fatores externos ao processo pedagógico que interferem na baixa qualidade do ensino. Dentre estes fatores, merecem destaque as questões relativas à formação contínua do professor, ao salário e, principalmente, as questões políticas.

O mundo moderno impulsiona a um redimensionamento da ação docente de forma a atender às necessidades da sociedade do século XXI, entretanto, observamos que há certo distanciamento das práticas pedagógicas dos professores, que ainda são conservadoras e autoritárias, das verdadeiras necessidades apresentadas pela educação atual.

A sociedade espera e exige do professor muito mais do que ações puramente técnicas de um especialista no ensino de alguma disciplina. Exige o exercício responsável e comprometido com uma nova postura frente ao seu fazer pedagógico: as atividades de ensino, de investigação, de busca de novos conhecimentos e alternativas didático-pedagógicas.

A prática pedagógica e a inclusão educacional

A escola inclusiva pretende marcar a passagem de um modelo tradicional, em que havia turmas específicas do ensino especial, centrado no professor de educação especial, para um novo modelo em que os alunos com necessidades educativas especiais são incluídos em turmas ditas "normais", ou seja, no ensino regular.

No entanto, esta nova realidade escolar exige professores que saibam como atuar com os alunos com necessidades educativas especiais, intervindo face às

diferenças entre os alunos de uma mesma turma, através da utilização de mecanismos de diferenciação pedagógica e flexibilidade, permitindo, pois o atendimento das diferenças individuais.

Com isso, o conceito de escola inclusiva reforça o direito que todos os alunos têm de freqüentar o mesmo tipo de ensino, na medida em que preconiza que os objetivos educacionais e o plano de estudos são os mesmos para todos, independentemente das diferenças individuais que possam surgir; sendo que, à escola inclusiva e ao professor pede-se que estejam atentos, no sentido de poderem intervir na melhoria de condições e do ambiente educativo da escola numa perspectiva de fomento da qualidade e da inovação educativa.

Conseqüentemente, o professor, como agente de mudança, deve ter em mente a responsabilidade social que o cargo lhe confere e participar decisivamente do esforço de inclusão. Percebe-se, pois, que a maior dificuldade para a implantação efetiva da inclusão em nossas escolas encontra-se no despreparo profissional dos professores.

Todavia, o argumento quanto a esse despreparo deve ser evitado, no sentido de impedir a inclusão escolar de pessoas com deficiências. Pois, a preparação para essa tarefa se faz urgente; sendo que esta tem início com a possibilidade e pelo desafio de acolher as diferenças na sala de aula e pela busca de novas respostas educacionais.

Nesse processo, a responsabilidade é de todos os envolvidos no processo educacional, entre eles: pais, diretores, supervisores, orientadores educacionais, professores, alunos e, também, as autoridades, responsáveis pela definição e implementação das políticas educacionais.

Além disso, para que o processo de inclusão realmente aconteça, precisamos abandonar o comodismo decorrente das nossas práticas educacionais tradicionalistas, pois conforme afirma Mantoan (1997, p.41):

[...] resistimos à inclusão escolar porque ela nos faz lembrar que temos uma dívida a saldar em relação aos alunos que excluimos, por motivos muitas vezes banais e inconsistentes, apoiados por uma organização pedagógica escolar que se destina a alunos ideais, padronizados por uma concepção de normalidade e de deficiência arbitrariamente definida.

Percebe-se, então, que alunos com e sem deficiência são excluídos da escola há muito tempo, sem que mudanças efetivas sejam adotadas para resolver esse problema; tendo em vista que as medidas até agora implantadas não passaram de paliativos.

Assim, no que se refere ao desafio imposto a concretização plena da inclusão educacional em nossas escolas, Rabelo (1999, p.20) afirma que o mesmo consiste:

[...] (na) elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentam, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social.

Logo, a inclusão educacional configura-se como um caminho definitivo para que deixemos de ser o país de maior riqueza e, ao mesmo tempo, palco das maiores injustiças sociais da história da humanidade; sendo que, neste cenário, são os alunos com deficiência que freqüentam as escolas comuns que estão impondo aos professores uma reflexão mais séria acerca da concepção de escola e das práticas pedagógicas.

Neste prisma, um currículo inclusivo baseia-se no princípio de que as boas práticas são apropriadas a todos os alunos, de forma a conseguir-se uma aprendizagem significativa para cada aluno. Desta forma, é indispensável que o docente possua conhecimentos que lhe permitam ensinar, na mesma classe, alunos com capacidades diferentes e com níveis diferenciados de conhecimentos prévios. Mediante o estudo, entende-se que, para a efetivação plena da inclusão educacional, necessário se faz a criação de mecanismos que permitam que os alunos integrem-se educacional, social e emocionalmente com seus colegas e professores e com os objetos de conhecimento e da cultura (CARVALHO, 2004, p.158).

Logo, estamos respeitando o direito constitucional da pessoa com necessidades educacionais especiais e de sua família, na escolha da forma de educação que melhor se ajuste às suas necessidades, circunstâncias e aspirações, promovendo, dessa forma, um processo de inclusão responsável e cidadã.

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Trata-se de um estudo de natureza descritiva, do tipo exploratória, de campo com abordagem qualitativa.

Dencker (1998) enfatiza que este tipo de estudo é conveniente para esta investigação, porque supõe que se pode adquirir conhecimento de uma situação adequadamente, através da exploração exaustiva, bem como aprimorar idéias ou

descobrir intuições, descrevendo fenômenos ou estabelecendo relações entre variáveis, exigindo um conhecimento profundo do problema estudado por parte do pesquisador.

Por ser uma pesquisa exploratória, a mesma busca levantar informações sobre a formação do professor para atuação na educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Segundo Marconi, (2007, p.75).

A pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

A abordagem qualitativa é adequada para esta investigação, tendo em vista que possibilita uma maior aproximação com a realidade, permitindo a construção de um saber compreensivo e interpretativo que capta os significados, valores, crenças, sentimentos, atitudes e sentido de realidade (MINAYO, 2007).

Foi feita no período de maio de 2015, onde as coletas foram feitas através da observação não participante, oportunizando a visualização de todo o cenário da pesquisa, inclusive o comportamento e atitudes que venham a se manifestar por parte dos sujeitos investigados. Com isso, reafirma a relação da teoria com a prática e torna-se seguro o resultado da pesquisa.

Nesta perspectiva, Moreira (2006, p.195) comunga com essa idéia ao concluir que “o objetivo do pesquisar é apenas observar o comportamento do participante ou dos participantes [...] o que as pessoas dizem e fazem [...]”.

Realizou-se em escola da Rede Pública Municipal de Ensino, do município de José de Freitas – PI, localizada a 56km da capital, Teresina; sendo que, o local foi escolhido por apresentar uma estrutura favorável para a aplicação da pesquisa, além de ser um local de maior acessibilidade para a pesquisadora, haja vista que atua na referida instituição de ensino.

DISCUSSÃO DE DADOS

O estudo realizado demonstrou alguns aspectos relevantes para a melhor compreensão da problemática analisada.

Na escola observada, constatou-se a presença de alunos com deficiência de aprendizagem, sendo sintetizados no quadro abaixo:

Quadro I – Perfil dos Alunos com Dificuldade de Aprendizagem

SÉRIE	QUANTIDADE	IDADE
3ª “A”	05	11 ANOS
3ª “B”	02	10 ANOS
3ª “C”	03	12 ANOS
5ª A”	06	13 ANOS
	02	14 ANOS

Fonte: Pesquisa direta, 2015.

Os professores fazem as adequações necessárias nos assuntos e a avaliação é realizada de forma diferenciada dos demais alunos voltada exclusivamente para os alunos com dificuldade de aprendizagem.

Entretanto, um dado preocupante observado corresponde ao fato de que os professores não possuem qualificações para atender aos alunos especiais, sendo que, nenhum professor possui o curso de Libras.

Além disso, a escola não está preparada para atender esses alunos, não possuem material didático adequado.

Contudo, a escola investigada não apresenta alunos com deficiências auditiva, visual, autistas ou com Síndrome de Down.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o contexto atual no qual se vive um momento de emergentes transformações no cenário educacional brasileiro, percebe-se, que a educação inclusiva configura enquanto elemento instituinte da cidadania, contando com a participação da sociedade em busca de uma real democratização dos direitos sociais.

Observa-se que apesar das evidentes contradições do sistema educacional, há mudanças de mentalidade, de posturas, de atitudes, de organização dos espaços e práticas pedagógicas em diversos pontos do país, principalmente por que o Brasil tem uma realidade dinâmica e complexa.

A transformação dos sistemas educacionais para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais significa uma mudança na gestão da

educação que possibilite o acesso às classes comuns do ensino regular e a ampliação da oferta de atendimento educacional especializado que propicie a eliminação de barreiras para o acesso ao currículo.

Uma nova gestão dos sistemas educacionais que priorize ações inclusivas, o desenvolvimento de programas para a formação de professores, a adequação arquitetônica dos prédios escolares para acessibilidade e a organização de recursos técnicos e de serviços que promovam a acessibilidade pedagógica e nas comunicações.

Assim, a construção de uma Escola Inclusiva veio recolocar na educação geral muitas das responsabilidades que até então se mantinham atribuídas à Educação Especial. Acredita-se, que a Escola Inclusiva não é uma utopia, mas é necessário que os pais, os profissionais, os governantes e a população em geral acreditem que a escola inclusiva é qualquer coisa por que vale a pena lutar; sendo que a sua construção exige um esforço e uma colaboração estreita de todos.

O desafio da inclusão para os profissionais que estão a serviço da melhoria da qualidade da vida humana é projetar e lançar propostas que não se destinam apenas a um grupo restrito de pessoas. Como a intenção não é “homogeneizar” soluções e apresentá-las previamente definidas e estabelecidas, em função de casos particulares, a inclusão nos leva a avançar mais, dado que, para atender a seus preceitos, temos de atingir situações de equilíbrio geral, as grandes e tão almeja das soluções que atingem fins qualitativamente mais evoluídos.

Dessa forma, o desafio da educação brasileira é a implementação da política de inclusão educacional de promoção do acesso e da qualidade, com a organização de escolas que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação, escolas que valorizem as diferenças como fator de enriquecimento do processo educacional, transpondo barreiras para a aprendizagem e a participação com igualdade de oportunidades.

A educação precisa ser trabalhada como processo único e não dividido, pois o conhecimento não pode ser fragmentado e o professor precisa desenvolver esses conhecimentos na direção de sua totalidade e de seu conjunto, para que sejam apreendidas as relações entre as partes e o todo.

Nesta perspectiva, a formação de professores para a educação inclusiva implica o domínio de conhecimentos para atuar no projeto pedagógico – dimensionando o currículo, a metodologia de ensino, a avaliação e a atitude dos

educadores - , favorecendo a interação social e a opção por práticas heterogêneas capazes de atender às diversidades humanas.

Vale ressaltar que, nos ambientes ditos inclusivos, é preciso predominar a aprendizagem mais cooperativa, mais desafiadora e menos competitiva. Para tal, o professor precisa ser menos lecionador e mais gestor do conhecimento, de estratégias de aprendizagem, de desafios e das diferenças entre as pessoas.

Considerando o exposto, conclui-se que a integração plena e efetiva da pessoa portadora de deficiência não passa necessariamente pela inclusão destas em classes de ensino regular, mas sim na garantia de convívio em um espaço, onde não haja repressão de sua condição de deficiente, onde possam expressar-se de maneira que mais lhe satisfaçam, mantendo situações prazerosas de comunicação e de aprendizagem.

Assim, entendemos que estamos respeitando o direito constitucional da pessoa com necessidades educacionais especiais e de sua família, na escolha da forma de educação que melhor se ajuste às suas necessidades, circunstâncias e aspirações, promovendo, dessa maneira, um processo de inclusão responsável e cidadã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Presses Universitaires de France, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade – a família**. V. 4. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto N° 91.872**, de 4 de novembro de 1985.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação Infantil: saberes e práticas da Inclusão**. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CARNEIRO, Eduardo. **Integração dos alunos com deficiências: perspectivas e prática pedagógica**. Marília: UNESP, FFC, 1998.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil** – Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 2.ed. São Paulo: Editora Vozes, 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

CONSTRUIR NOTÍCIAS. N° 16, Ano 03, Maio/junho, 2004.

CORRÊA, G.F. [1999]. **A Auto Percepção do Handicap em indivíduos adultos e idosos**. Disponível em: www.fonoaudiologia.com. Acesso em: 15 mai.2015.

CRUZ, M.C. **Alfabetizando crianças surdas**: análise da proposta de uma escola especial [dissertação]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

EDUCAR EM REVISTA. Curitiba, PR: Ed. UFPR, n.23, 2004.

KATZ, J. **Tratado de Audiologia Clínica**. São Paulo: Manole, 1999.

LOPES FILHO, Otacílio de C. **Tratado de Fonoaudiologia**. 2.ed. Ribeirão Preto, SP: Tecmedd, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007

MINAYO, M.C. de S. (org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25.ed. rev.e atual. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

MOREIRA, D.A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2006.

ROSS, Paulo. **Fundamentos Legais e Filosóficos da Inclusão na Educação Especial**. Pós-Graduação Lato sensu. Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação. Curitiba: IBPEX, 2004.

RUSSO, Ieda C. Pacheco; SANTOS, Teresa M. Momensohn dos. **A prática da Audiologia Clínica**. 4.ed. rev.aum. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, M.P. **A família e o movimento pela inclusão**.In: Ministério da Educação e Cultura.Salto para o futuro: educação especial. Tendências atuais. Brasília, DF: MEC, SED, 1999.

SELLITZ, W.C. **Métodos de Pesquisa nas relações sociais**. São Paulo. EPU, 1986. Vol.1,2 e 3.

SKLIAR, C. A. **A forma visual de entender o mundo**. In Educação para todos. Revista especial, SEED/DEE. Curitiba: Editora Expediente, 1998.